

1 ATA Nº 106

2 Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho de 2026, às 14 horas, reuniram-se na sala de reuniões do
3 Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI os
4 membros do Conselho Fiscal, mandato 2026-2030, **Dênio José Viana, Helenrosy das Dores de**
5 **Souza, Janete Miguel Said Marangon, José Maria David Batista, Leandro Valente Lopes e**
6 **Sílvia Bhering de Souza Gomes**, para deliberarem sobre os assuntos constantes da pauta: 1)
7 **Apresentação do Relatório de Investimentos dos meses de março e abril de 2026;** 2) **Análise**
8 **dos documentos contábeis dos meses de março e abril de 2026;** 3) **Discussão e aprovação da**
9 **revisão do Regimento Interno do Conselho Fiscal;** 4) **Aprovação do Plano Anual de Trabalho**
10 **do Conselho Fiscal;** e 5) **Assuntos gerais.** A Conselheira Érica Costa de Freitas justificou sua
11 ausência por motivo de saúde. Participou inicialmente da reunião o Diretor-Presidente do IPREVI,
12 Sr. Edivaldo, que apresentou a prestação de contas até abril de 2026. Iniciou sua exposição
13 apresentando o quantitativo de segurados e esclarecendo que poderiam existir divergências nos
14 dados de servidores ativos em razão da migração dos sistemas da Prefeitura e do IPREVI. Informou
15 que o **Plano Financeiro possuía** 1.005 segurados, sendo 284 servidores ativos, 577 aposentados e
16 144 pensionistas. Os beneficiários (aposentados e pensionistas) totalizavam 721 pessoas,
17 representando aproximadamente 72% da massa previdenciária, enquanto os ativos correspondiam a
18 cerca de 28%, resultando na proporção de 0,39 servidor ativo para cada beneficiário, situação que
19 gera insuficiência financeira a ser suportada pelos entes patrocinadores. Quanto ao **Plano**
20 **Previdenciário**, informou que havia 860 servidores ativos, 104 aposentados e 15 pensionistas,
21 totalizando 979 segurados. Esclareceu que novos servidores da educação ainda estavam sendo
22 incluídos na folha de pagamento. A Conselheira Janete manifestou-se surpresa com o fato de o Plano
23 Previdenciário, embora composto majoritariamente por servidores com menor tempo de ingresso no
24 serviço público, já registrar 104 aposentados, sendo esclarecido que grande parte pertence às áreas
25 da educação e da saúde. Ressaltou que os profissionais da educação podem se aposentar com 25 anos
26 de efetivo exercício no magistério, permanecendo, em média, por longo período em gozo do
27 benefício previdenciário, podendo impactar seu equilíbrio atuarial. Ressaltou-se que concursos
28 públicos, alterações legislativas e revisão das alíquotas contribuem para o equacionamento do déficit
29 atuarial. Foi informado ainda que o Plano Previdenciário apresenta atualmente cerca de 7,22
30 servidores ativos para cada beneficiário, proporção suficiente para garantir o pagamento dos
31 benefícios no curto prazo. Contudo, conforme demonstrado na Avaliação Atuarial de 2026, existe
32 déficit atuarial de longo prazo, decorrente das projeções de redução dessa relação ao longo dos anos.
33 O Diretor explicou que o déficit atuarial é apurado por meio de projeções de longo prazo,
34 considerando toda a massa de segurados, e destacou que a constituição antecipada de reservas reduz
35 significativamente a necessidade de aportes futuros, citando como exemplo a insuficiência financeira
36 atualmente existente no Plano Financeiro. Prosseguindo, informou que entre janeiro e abril de 2026
37 foram concedidas 20 aposentadorias e 1 pensão. As receitas totalizaram R\$ 10.648.895,79 e as

[Handwritten signatures and initials]

38 despesas R\$ 15.842.602,31. O Plano Financeiro apresentou receita de R\$ 3.951.188,88, despesa de
39 R\$ 13.756.393,59 e insuficiência financeira de R\$ 9.805.204,71. Já o Plano Previdenciário registrou
40 receita de R\$ 5.457.708,24, despesa de R\$ 1.239.462,96 e superávit financeiro de R\$ 4.218.245,28,
41 destinado à formação de reservas. Esclareceu que, atualmente, os recursos estão sendo aplicados
42 exclusivamente em títulos públicos federais, até que o Instituto obtenha a certificação no Nível III
43 do Pró-Gestão. Quanto à compensação previdenciária (RPPS x RPPS e RPPS x RGPS), informou o
44 recebimento de R\$ 1.360.171,60, sendo R\$ 1.327.792,31 destinados ao Fundo Financeiro e R\$
45 32.379,29 ao Fundo Previdenciário. Informou também que os entes patrocinadores repassaram R\$
46 9.297.840,95 para cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro. Na apresentação dos
47 investimentos, destacou que a carteira atingiu 382,98% da meta atuarial em janeiro, 133,58% em
48 fevereiro, 7,11% em março e 91,87% em abril. Embora a meta não tenha sido alcançada nos dois
49 últimos meses, o resultado acumulado permaneceu positivo, totalizando R\$ 9.124.264,21 em
50 rendimentos no primeiro quadrimestre. Em resposta ao Conselheiro José Maria, esclareceu que a
51 meta atuarial é definida com base na taxa de juros atuarial acrescida de índice inflacionário, sendo
52 adotado pelo Instituto o parâmetro de 5,5% ao ano acrescido do IPCA, conforme estabelecido no
53 estudo atuarial e na Política de Investimentos. Em relação à composição da carteira, informou que
54 76,51% estavam aplicados em renda fixa, 21,39% em renda variável e 2,10% em investimentos
55 estruturados. A carteira totalizava R\$ 163.059.958,67, distribuídos principalmente entre Caixa
56 Econômica Federal (62,01%), BTG Pactual (9,59%), Bradesco (9,05%), Itaú (7,16%), Banco do
57 Brasil (4,72%), Intrag Distribuidora (2,72%), Banco BNP Paribas (2,09%), Santander (2,05%) e
58 Banco Daycoval (0,55%). Também foram apresentados os limites de aplicação previstos na
59 Resolução CMN nº 5.272/2025, ressaltando que a certificação Pró-Gestão Nível III amplia as
60 possibilidades de investimento. Na sequência, o Diretor informou que permanecia pendente o
61 repasse da competência de abril de 2026 ao Fundo Capitalizado, cujo vencimento ocorreu em 20 de
62 maio de 2026, esclarecendo que, segundo a Administração Municipal, o pagamento seria realizado
63 após a quitação da folha de pessoal. Em seguida, o Diretor abordou o tema referente ao Regimento
64 Interno do Conselho Fiscal, informando que foi elaborada uma minuta de atualização do normativo,
65 apresentada como proposta inicial com a finalidade de subsidiar as discussões e deliberações do
66 colegiado. Após apreciação preliminar do documento, os conselheiros deliberaram por realizar uma
67 análise individual da minuta e agendar reunião extraordinária, em data a ser definida, para discussão,
68 apresentação de eventuais sugestões de alteração e deliberação quanto à sua aprovação. Na
69 sequência, os conselheiros passaram à análise do Plano Anual de Trabalho do Conselho Fiscal para
70 o exercício de 2026, em atendimento às exigências do Manual do Pró-Gestão RPPS. Após as
71 considerações iniciais, deliberaram pela realização de reunião extraordinária na semana seguinte,
72 destinada à apreciação e aprovação do Plano Anual de Trabalho, com a incorporação das sugestões
73 apresentadas pelos conselheiros, bem como à continuidade da discussão sobre a revisão do
74 Regimento Interno do Conselho Fiscal. Na sequência, procederam à análise dos relatórios contábeis

75 dos meses de março e abril de 2026. Após a verificação da documentação, deliberaram, por
76 unanimidade, que os relatórios se encontravam aptos a serem encaminhados ao Tribunal de Contas
77 do Estado de Minas Gerais. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, sendo a
78 presente ata lavrada por mim, Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do IPREVI, que,
79 após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes à reunião.

80 Dênio José viana _____
81 Helenrosy das Dores de Souza _____
82 Janete Miguel Said Marangon _____
83 José Maria David _____
84 Leandro Valente Lopes _____
85 Sílvia Bhering de Souza Gomes _____
86 Cássia Maria Lopes Salgado _____